

Resultado de reflexões oriundas de pesquisas, e de trabalhos acadêmicos em geral, esse número é dedicado à temática da fronteira. Polissêmica, a categoria fronteira evoca diversas possibilidades interpretativas e uma riqueza inesgotável do ponto de vista das experiências vivenciais resultantes daí resultantes. Do ponto de vista do senso comum, fronteira é limite e ganha sentido entre o que está fora e o que está dentro, se tornando tanto mais evidente quanto mais suscetível de atravessamentos, superposições ou de fechamentos. Do ponto de vista geopolítico e dos Estados Nacionais, a fronteira, historicamente, é um lugar de inquietação, de controle e de vigilância permanente. Do ponto de vista abstrato, seja enfatizando um campo teórico específico ou interdisciplinar, compreender as experiências vivenciais da fronteira é ajustar o foco de atenção a configurações resultantes de uma tensão ao mesmo tempo instituinte e movediça, na qual coexistem, incessantemente, diferentes fenômenos sócio-culturais conduzindo a processos que tendem ora para a integração e ora para a desintegração. Tais configurações emergem em cada um dos artigos deste número e, mesmo com interesses empíricos e teóricos divergentes, o que parece sobressair é um debate renovado pela problematização e relativização do conceito de fronteira, propiciado por experiências recentes. Esse debate está no artigo “Epistemologia de la frontera: os limites del outro”, de Roxana Rodríguez Ortiz, que propõe um enfoque epistemológico, situado, do conceito de fronteira para pensar a fronteira México-Estados Unidos em seus “próprios processos de conformação cultural, identitária, de representação e de reconhecimento do outro”. Recusando noções “ambíguas” como “metrópoles fronteiriças” e “espaços fronteiriços” porque demasiadamente centradas no aspecto urbanístico ou comercial e voltadas aos interesses políticos e econômicos, a autora adota a perspectiva de pensar o limite não como barreira a ser transgredida, mas como um lugar ontológico de prova ética, de potencialização do campo de ação e da condição humana. Ao envolver relações e intercâmbios culturais múltiplos entre comunidades, estruturas institucionais e o conflito inerente a assimetrias sociais, econômicas, políticas e de poder, a interculturalidade seria o modelo da convivência na fronteira, por supor processos de abertura, de indefinição e inclusive de contradição, direção que levaria a uma reconstituição reflexiva das identidades coletivas.

Explorar as tensões implícitas no limite e na fronteira, enfatizando o contexto da ação e a intensidade das interações sociais na fronteira chiapaneca entre México e Guatemala é o que evidencia o artigo de Alain Rodríguez. Aí o espaço fronteiro é pensado pelas identidades que se processam sob a

tensão entre o controle estatal e a evasão como estratégia de vida. Explorando a trama social para além da fronteira, Rodriguez busca compreender os processos socioculturais que se condensam em amplos domínios territoriais, nos quais as experiências identitárias e distintivas se dão nas fronteiras e entre fronteiras, perspectiva que parte da descontinuidade que diferencia, mas enfoca as confusões simultâneas e contraditórias dos problemas de reconhecimento. Os âmbitos religioso, comercial e familiar constituem importantes formas de atualização dos vínculos fronteiriços e diversos lugares de identificação, trama social que não está isenta de conflitos e nem de assimetrias constitutivas. Contudo, visualizar esse contexto de ação é ver a fronteira limite, o território confim e o lugar anônimo como correlato das atualizações de identidades fronteiriças.

Essas mesmas tensões instituintes, que atualizam interações e identidades entre o México e Guatemala, reaparecem, sob novo enfoque: o das múltiplas mobilidades transfronteiriças entre a Argentina e a Bolívia, evidenciadas por uma tipologia construída por Alejandro Benedetti. O argumento é de que as mobilidades buscam anular ou diminuir as descontinuidades geradas pela fronteira, mas, por outro lado, há práticas de continuidades que os atores de fronteiras buscam desativar. Em diferentes direções que se deslocam nesse movimento contraditório, há as mobilidades das migrações orientadas para o trabalho, as mobilidades vinculadas às práticas de pastoreio migratórias, ao comércio, ao turismo e ao tráfico criminalizado de bens e pessoas.

Na fronteira entre o Brasil e o Uruguay, traçada por uma rua que divide duas cidades (Santana do Livramento/BR e Rivera/Uy) as tensões instituintes em direção aos processos de integração e de desintegração são reelaboradas por significados veiculados em dois jornais representativos desses países. Como demonstrou Mariana Cristina Raimondi, a fronteira, significada no jornal brasileiro por ela estudado, é identificada como forma de desigualdade e separação e, no jornal uruguaio, como unidade e integração. Talvez por direcionar o estudo à região fronteiriça, ampliando a noção de fronteira aos limites do Estado do Rio Grande do Sul com a Argentina e o Uruguay, um enfoque tendendo mais ao pólo dos processos de integração dessa tensão é apresentado por Juliana Tatsc. A autora estuda o processo de contato estabelecido entre a língua portuguesa e espanhola, influenciando a organização e a constituição de um “linguajar gaúcho”, que também leva em consideração os aspectos sócio-históricos da formação desse Estado no Brasil.

Se as fronteiras entre estados nacionais contribuem para a construção de processos identitários em unidades federativas dentro de um Estado Nacional, como acabamos de ver, é a própria consolidação do Estado Nacional na Argentina no final do século XIX que é o objeto do artigo de Victoria Baratta e Emilio Ravnigani. Por meio da história das idéias intelectuais, eles expõem as representações da nação argentina nas obras de Juan Bautista Alberdi,

ênfatisando o pólo da tensão que pende sobretudo para o recrudescimento das fronteiras em termos nacionais. Tomando a Guerra do Paraguai como um importante conflito para essa consolidação, os autores tratam da unidade tensa interna à idéia das “fronteiras de uma aliança” no processo de disputa pelos conteúdos da identidade nacional, incluindo as representações dos outros países beligerantes.

Finalmente, há o artigo de Carla Gabriela Cavini Bontempo e Vera Maria Ribeiro Nogueira e o ensaio de Cristina Bohn Citolin, Alcione Moraes e Jacques Machio, indicando práticas que impõem mudanças para pensar os limites das fronteiras internacionais, em favor de estratégias adotadas pelas comunidades locais das fronteiras, visando o atendimento de seus interesses específicos. No primeiro artigo, as autoras direcionam a atenção à assistência à saúde na fronteira do Brasil com o Uruguai e suas estratégias para a qualificação de atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), evidenciando os benefícios e as resistências suscitados para a elaboração de um projeto específico de financiamento de ações - o Sistema Integrado de Saúde nas Fronteiras. No ensaio, as autoras, no campo da educação, descrevem experiências de ensino como o do curso binacional, oferecido pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense, na cidade de Santana do Livramento. Elas mostram o ensino da língua e da literatura contextualizado, mas também colocado em debate pelas peculiaridades da região.

Se pensarmos essas configurações apresentadas pelos artigos em um horizonte mais amplo – formado tanto pelo agrupamento funcional de Estados, como o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) o Nafta (Tratado Norte-americano de Livre Comércio) e a Comunidade Européia, quanto pela proliferação de organizações internacionais e transnacionais e outras formas de organização não coincidentes com o espaço territorial dos Estados nacionais, como as ONGs (Organizações Não Governamentais) – o estudo da fronteira, como vimos, vem indicando novas formas institucionais e novas sensibilidades experimentais e conceituais, compondo um solo movediço que não cessa de deslocar as linhas presentes na tensão instituinte para construção de processos sócio-culturais de integração e de desintegração, transformando e construindo outras configurações.

Fecham essa edição da Revista *Ideação* dois artigos que tratam de passagens e atravessamentos em outros campos de interesse. O primeiro trata dos trânsitos de passagem no discurso literário e o segundo ao processo aberto identificado como modernidade. O primeiro artigo, de Josiele Kaminski Corso Ozelame, aborda a retificação do dogmatismo cristão nas obras ficcionais que abarcam temas religiosos e que nos possibilitam, segundo a autora, ir além do que vivemos, permitindo a construção de um mundo imaginário além-fronteiras, sem deixar que se perca a realidade efetiva, a recriação do “real” (teológico)

em um plano imaginário (literário). O segundo artigo, de Dimas Floriani, buscou localizar a origem do debate sobre a pós-modernidade na própria Gênese da modernidade ocidental e capitalista. O autor propõe a tese das modernidades múltiplas, que é pontuada por diversas crises e com possibilidades de criação de alternativas. Uma das crises é a crise representacional, na qual as ideais de ciência sofrem uma crise fundamental, tanto nas suas bases epistemológicas, como nas práticas metodológicas de sua produção. A possibilidade dessa superação está diretamente ligada à resignificação do conhecimento que deve estar profundamente comprometido com os limites e as possibilidades de uma vida razoável para a sobrevivência de nosso planeta e das sociedades que nele habitam e interagem.

Resta dizer que esta edição da Revista Ideação é a atualização da travessia de fronteiras, visível nos artigos de campos de conhecimento, lugares e línguas diversos, a cujos colaboradores agradecemos.

Profa Dra Regina Coeli Machado e Silva
UNIOESTE – Campus Foz do Iguaçu